



**ORDEM DO DIA
PARA A 55ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
EM 09 DE OUTUBRO DE 2013**

PROPOSIÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA

Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 29, de 2013, de autoria do Tribunal de Justiça. Altera e acrescenta dispositivos na Lei Complementar nº 1.111, de 2010, que institui o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Com emenda e Mensagem Aditiva. Pareceres nºs 1565 e 1566, de 2013, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favoráveis ao projeto e à Mensagem Aditiva, e contrários à emenda.

PROPOSIÇÃO EM REGIME DE PRIORIDADE

Votação adiada - Projeto de decreto legislativo nº 13, de 2013, de autoria da Mesa. Aprova a indicação para o cargo de diretor da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP. Parecer nº 1590, de 2013, da Comissão de Infraestrutura, favorável.

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 506, de 2008, de autoria do deputado Afonso Lobato. Estabelece critérios de participação dos municípios que abriguem florestas plantadas em seus territórios no produto da arrecadação do ICMS gerado pela cadeia produtiva dessas florestas. Pareceres nºs 2217, 2218 e 2219, de 2009, respectivamente, pela Comissão de Justiça, e de relatores especiais pelas Comissões de Meio Ambiente e de Finanças, favoráveis.

2 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 300, de 2009, de autoria do deputado João Caraméz. Reabre o prazo estabelecido do §4º do artigo 1º da Lei nº 10.726, de 2001. Pareceres nºs 1817, 1818 e 1819, de 2010, respectivamente,

da Comissão de Justiça, de relator especial pela Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Finanças, favoráveis.

3 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 156, de 2010, de autoria do deputado Said Mourad. Torna obrigatória a presença de Farmacêutico Responsável Técnico nas empresas que realizam transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos. Pareceres nºs 102 e 103, de 2011, respectivamente, das Comissões de Justiça e de Saúde, favoráveis. (Em anexo o Projeto de lei nº 542, de 2013).